

TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NO MERCADO MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

LEI DE REGÊNCIA: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA NA MODALIDADE PRESENCIAL
ART. 28, II**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MELHOR TÉCNICA
ART. 33, III**

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente termo de referência tem por objetivo a seleção de **Associações sem fins lucrativos da Agricultura Familiar e Cooperativas da Agricultura Familiar, ambos da Região e Microrregião de Juiz de Fora para a outorga de permissão remunerada de uso imediato e formação de cadastro de reserva para unidades comerciais, localizadas no pavimento térreo do Mercado Municipal de Juiz de Fora**, nos segmentos comerciais e especificações detalhadas dos espaços físicos, conforme descrito nos anexos deste termo.
- 1.2. A permissão outorgada é precária, intransferível, firmada mediante termo de permissão, mediante pagamento de preço público mensal e por prazo determinado.
- 1.3. As vagas serão distribuídas conforme unidades comerciais divididas em itens, de acordo com o disposto neste Termo.
- 1.4. O prazo máximo da permissão de uso **será de 05 (cinco) anos, permitida a prorrogação conforme limite máximo previsto em lei**, desde que o licitante mantenha as condições editalícias e haja interesse da Administração Pública Municipal.
- 1.5. A Permissão de Uso para ocupação das unidades comerciais será regida pela Lei 14.133/2021, Lei Municipal nº 6.448/83, Lei Municipal nº 9.328/1998, Lei Municipal nº 11.261/2006 e Decreto Municipal nº 16.250/2023.
- 1.6. **Fundamentação Legal:**
 - 1.6.1. Constituição Federal, art. 37, XXI;
 - 1.6.2. Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 1.6.3. Lei Municipal nº 6.448/1983;
 - 1.6.4. Lei Municipal nº 9.328/1998;
 - 1.6.5. Lei Municipal nº 11.261/2006;
 - 1.6.6. Decreto Municipal nº 15.646/2022, Tabela VI;
 - 1.6.7. Decreto Municipal nº 16.250/2023.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. O Processo seletivo se justifica pela necessidade de oportunizar de forma isonômica a todos as Associações/Cooperativas de Agricultura Familiar interessadas em serem permissionários em uma unidade do Mercado Municipal, condições de participação na disputa pela vagas indicadas no Anexo II, bem como pela formação de cadastro de reserva para chamada de novos permissionários em casos de cassação/revogação ou qualquer outro caso de vacância que ocorrer antes do prazo final da permissão de uso.
- 2.2. Justifica-se a realização de concorrência na modalidade presencial tendo em vista ser essencial a formação de lista de habilitados para compor cadastro de reserva a ser acionado, dentro do período de permissão, em caso de vacância de vaga. Dessa forma, entende-se que a realização da habilitação antes da apresentação das propostas e do julgamento é o que melhor atende os interesses da Administração, notadamente

- na utilização eficiente dos recursos destinados a esta seleção pública. Em virtude da limitação operacional tanto do Portal de Compras quanto do Portal do Governo federal, que não disponibilizam de inversão de fases, com base no art. 17, §1º da Lei 14.133/2021, resolve a Administração realizar o procedimento na modalidade presencial para possibilitar que a fase de habilitação anteceda a fase de propostas.
- 2.3. O Município de Juiz de Fora tem como responsabilidade fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, conforme disposto no art. 77º da Lei Orgânica Municipal.
 - 2.4. Nesse ínterim, é atribuição da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Segurança Alimentar - SEAPA, conforme o Decreto Municipal nº 16.943, de 1º de janeiro de 2025: art. 4º (...) XIV - promover o desenvolvimento da agricultura familiar, apoiando a comercialização do âmbito do Sistema Agroalimentar; XV - apoiar o associativismo, cooperativismo e as organizações formais de agricultores familiares, produtores e comerciantes de produtos agropecuários.
 - 2.5. Além disso, é atribuição do Departamento de Gestão do Mercado Municipal - DGMM, vinculado à SEAPA, conforme o Decreto Municipal nº 16.943, de 1º de janeiro de 2025: art. 10. I - gerenciar o Mercado Municipal, seus processos para implementação e funcionamento.
 - 2.6. A formalização de políticas e ações que incentivem a produção da Agricultura Familiar coaduna com as atribuições desta Secretaria e estimula a contínua produção desses produtores rurais.
 - 2.7. Ante o exposto, resolve a Administração realizar processo competitivo voltado exclusivamente para Associações/Cooperativas de Agricultores Familiares para ocupação de uma unidade no Mercado Municipal.
 - 2.8. A escolha pela melhor técnica foi desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar - ETP. Trata-se de importante meio de regularização da permissão de uso do espaço público destinada à comercialização no Mercado Municipal.

3. DA UNIDADE COMERCIAL E DA DESCRIÇÃO DAS VAGAS:

3.1. Para ocupação imediata:

- 3.1.1. Estão disponíveis para ocupação imediata as unidades comerciais do itens 1 (Loja 32-A) e 3 (Loja 49), ambas localizadas no pavimento térreo.
- 3.1.2. Cada uma dessas unidades corresponde a um item distinto, conforme detalhado nos Anexos I e II deste edital, que contêm as informações sobre o segmento de comercialização, metragem, localização, custos mensais de preço público e rateio da unidade.
- 3.1.3. Será convocado para assinar o Termo de Permissão de Uso, de imediato, o primeiro colocado dos itens 1 e 3, conforme a respectiva ordem de classificação.
- 3.1.4. Os demais classificados dos itens 1 e 3, que não forem convocados de imediato, comporão o cadastro de reserva vinculado à respectiva unidade, nos termos do item 7 deste edital.

3.2. Para cadastro de reserva:

- 3.2.1. Será licitado exclusivamente para fins de cadastro de reserva o item 2 correspondente à unidade comercial: Loja 32-B, também localizada no pavimento térreo.
- 3.2.2. As informações sobre o segmento de comercialização, metragem, localização, custos mensais de preço público e rateio da Loja 32-B constam nos Anexos I e II deste edital.

4. DO PROCEDIMENTO NA MODALIDADE PRESENCIAL

- 4.1. O procedimento ocorrerá na modalidade presencial.
- 4.2. No dia e hora marcados, indicados no preâmbulo do Edital, improrrogavelmente, o proponente deverá apresentar à Comissão, no local previsto no preâmbulo do Edital, por si ou por intermédio de procurador devida e formalmente constituído, os invólucros dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas Técnica, que conterão, respectivamente, os documentos de Habilitação e da Proposta técnica, de acordo com o disposto neste Termo de Referência.
- 4.3. Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas pelos proponentes por qualquer tipo de via postal, fax, e-mail ou entregues antes da data e horário estabelecidos no preâmbulo.
- 4.4. No dia e hora agendados para recebimento dos envelopes, os proponentes presentes, deverão eleger uma comissão formada por seus representantes para representá-los durante todos os trabalhos da Comissão.
- 4.5. Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital.
- 4.6. A Comissão examinará os documentos e considerará habilitados os proponentes que satisfizerem as exigências constantes do Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.
 - 4.6.1. Caso não seja possível analisar a habilitação na sessão, a Comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.
- 4.7. A Comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados o envelope nº 2 Proposta técnica, sem abri-lo, caso não haja interesse em interposição de recurso relativo a esta fase.
- 4.8. A Comissão procederá, então, à abertura do envelope nº 2 Proposta técnica dos proponentes habilitados.
- 4.9. Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas pela comissão formada pelos proponentes e pela Comissão Especial de Contratação.
 - 4.9.1. Caso não seja possível analisar as propostas na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.
- 4.10. Durante os trabalhos a Comissão:
 - 4.10.1. Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências deste Termo de Referência e da legislação pertinente ao objeto.
 - 4.10.2. A classificação dos licitantes far-se-á pelo critério da contagem de pontos de cada item, conforme determinado neste Termo de Referência;
 - 4.10.3. Lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.
 - 4.10.4. A Comissão divulgará a ordem de classificação, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 4.11. Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão Especial de Contratação promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução, nos termos da legislação pertinente.
- 4.12. Os envelopes de habilitação ou proposta técnica dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo após esse descartados.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar da Licitação, pessoas jurídicas, a saber, Associações e/ou Cooperativas de Agricultores Familiares, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
- 5.2. A participação na disputa das vagas disponíveis na presente concorrência, sem oposições, implica na integral e incondicional aceitação de todas as condições e cláusulas previstas no presente termo.
- 5.3. Será permitido a cada proponente concorrer à unidade, sendo selecionadas Cooperativas ou Associações que deverão arcar com as expensas do espaço e os custos dele decorrentes, como preço público, rateio de despesas de manutenção do espaço (tais como água, luz, dentre outros) e demais despesas.
- 5.4. Os participantes habilitados, integrantes da lista de classificação final, mas que não foram convocados por estarem fora do número de vagas disponíveis, integrarão o cadastro de reserva, conforme regras das cláusulas “DO CADASTRO DE RESERVA”.
 - 5.4.1. Os participantes ordenados em cadastro de reserva, durante a vigência máxima da permissão de uso, poderão ser convocados nos casos de vacância ou outros casos não previstos.
- 5.5. Estão impedidos de participar na presente licitação:
 - 5.5.1. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 5.5.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 5.5.3. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA E DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

- 6.1. O licitante deverá apresentar uma Proposta Técnica (Anexo III).
- 6.2. O conteúdo expresso na Proposta Técnica será objeto de análise, pontuação, julgamento e classificação dos proponentes, sendo parte integrante do Termo de Permissão de Uso. Em caso de modificação das características do negócio indicadas na proposta, o Permissionário poderá perder sua Permissão de Uso, sendo chamado o próximo da lista de classificados, conforme disciplinado na legislação de regência.
- 6.3. A classificação será baseada nos critérios a seguir, sendo a apresentação da documentação comprobatória obrigatória para a classificação:
 - 6.3.1. A falsidade de informações nas propostas poderá acarretar a respectiva eliminação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra o proponente e comunicação às autoridades competentes, inclusive para apuração e cometimento de eventual crime.
 - 6.3.2. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas aos critérios de julgamento. Todas as informações ou dados colocados, em sua respectiva proposta, para fins de obtenção de pontuação serão, necessariamente, exigidos na celebração do Termo de Permissão de Uso.
 - 6.3.3. Para aferição das notas, primeiramente será apurado individualmente o resultado da multiplicação da pontuação obtida em cada item pelo peso do critério que está sendo analisado. O resultado da pontuação final corresponderá à soma dos pontos obtidos em cada um dos itens, já multiplicados por seus pesos específicos, sendo a pontuação máxima 100

(cem) pontos. Será eliminado o proponente que não atingir o mínimo de 10 (dez) pontos.

6.3.4. Para a classificação das Propostas Técnicas, a Comissão obedecerá a uma ordem decrescente, considerando aqueles melhores pontuados em cada item;

6.3.5. Em caso de eventual empate nas notas finais, os critérios adotados para desempate serão, na seguinte ordem:

6.3.5.1. Pontuação no quesito Pessoa com Deficiência. Persistindo o empate, passa-se para o critério 6.3.5.2.

6.3.5.2. Maior número de cooperados ou associados.

6.3.5.3. Esgotados os critérios e persistindo o empate, será realizado sorteio.

6.3.6. Do Quadro dos critérios de classificação:

Quesito	Item	Pontuação	Comprovação dos critérios
1	Experiência de atuação no segmento de comercialização na Região e microrregião de Juiz de Fora. (Peso 5)	Até 10 pontos 1 ponto para cada ano comprovado de atividade no Mercado Municipal de Juiz de Fora	Termo de Compromisso e Responsabilidade; cadastro de CNPJ; termo de ajustamento de conduta, certidão, atestado ou termos de permissão/autorização de uso emitido por órgãos públicos, ou outros documentos hábeis a comprovar a atividade no mercado municipal.
2	Participação do licitante em feiras, eventos e atividades de fomento relacionadas ao segmento. (Peso 1)	Até 10 pontos 1 ponto para cada participação em evento do segmento comprovado.	Cartão de inscrição no evento, carta de confirmação do organizador.
3	Perfil do empreendimento a ser instalado no Mercado Municipal de Juiz de Fora (Peso 2)		
	Relevância social histórica e cultural: Descrição do empreendimento, objeto, visão, missão, experiência com a comercialização.	Até 4 pontos 01 ponto por comprovante.	Matérias de jornais, revistas e similares (impressos e/ou online); Certificados e similares; Homenagens e similares; Demais documentos hábeis a comprovar o quesito. Os documentos deverão ter sido emitidos até a

			data de publicação do edital
	Comprovação de associados/ cooperados residentes no município de Juiz de Fora	<p>Até 3 pontos</p> <p>03 pontos para comprovação de que a maioria (50% + 01) dos associados e/ou cooperados residem atualmente em Juiz de Fora.</p> <p>02 pontos para comprovação de que entre 25% e 50% dos associados / cooperados residam atualmente em Juiz de Fora.</p> <p>01 ponto para comprovação de que até 25% dos cooperados / associados sejam residentes atualmente em Juiz de Fora.</p>	<p>Estatuto e ata da cooperativa ou da associação, com comprovante de endereço de cada associado / cooperado.</p> <p>-Demais documentos capazes de comprovar que os cooperados /associados residem atualmente em Juiz de Fora.</p>
	Número de associados/ cooperados	<p>Até 3 pontos</p> <p>3 pontos para: para associação/cooperativa com número igual/superior a 26 associados/cooperados</p> <p>2 pontos: para associação/cooperativa com até (inclusive) 25 associados/cooperados</p> <p>1 ponto: para associação/cooperativa com até (inclusive) 10 (dez) associados/cooperados</p>	<p>-Ata de reunião do ano vigente registrada com assinatura dos associados/cooperados</p> <p>-Declaração de associação/cooperação em que se apresente relação nominal com respectivas assinaturas e número do cadastro de pessoas físicas (CPF) de todos os associados/cooperados</p> <p>-Demais documentos capazes de comprovar o quesito em questão.</p> <p>Os documentos deverão ter sido emitidos até a data de publicação do edital</p>
4	Proponente ou responsável legal à frente da unidade comercial ser pessoa com deficiência (Peso 1)	10 pontos	<p>Laudo médico ou parecer emitido por equipe multiprofissional e interdisciplinar (conforme Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.)</p>

5	Inclusão e políticas afirmativas (Peso 1) Pontuação não é cumulativa	10 pontos	
	Responsável legal à frente da unidade comercial ser: Mulher OU		Autodeclaração Mulher (Conforme Proposta Técnica e Anexo VIII)
	Representante legal a frente de a unidade comercial ser: PPI (preto, pardo, indígena) OU		Autodeclaração PPI e comparecimento em Comissão de Heteroidentificação (Conforme Proposta Técnica e Anexo IX)
	Responsável legal à frente da unidade comercial ser idoso OU		Documento oficial que informe nome completo e data de nascimento, nos termos da Lei 10.741/ 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa)
	Representante legal à frente de a unidade comercial ser: Pessoa Trans		Autodeclaração (Conforme Proposta Técnica e Anexo X). Em caso de denúncia de falsidade, poderá ser solicitada declaração complementar de profissional habilitado a atestar (psicólogo, assistente social, médico ou outro profissional de saúde capaz de atestar).

A nota máxima considerando os critérios e o peso atribuído a cada item será:

Item	Peso	Nota máxima
1)	5	50
2)	1	10
3)	2	20
4)	1	10

5)	1	10
Total		100

7. DO CADASTRO DE RESERVA

- 7.1. Considera-se “Cadastro de Reserva” o conjunto de participantes habilitados e classificados dentro de cada item que, embora não tenham sido convocados para a ocupação imediata da unidade comercial correspondente, poderão ser chamados futuramente, dentro do prazo de validade da permissão outorgada neste processo licitatório, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.
- 7.2. O cadastro de reserva será estruturado por item e por segmento, sendo vinculado diretamente à unidade comercial no item e segmento do edital.
- 7.3. A convocação dos classificados no cadastro de reserva ocorrerá sempre que houver vacância da unidade vinculada ao respectivo item, observando-se a ordem decrescente de classificação.
- 7.4. Ficar caracterizada a vacância da vaga nas seguintes hipóteses:
 - 7.4.1. Desistência formalizada pelo habilitado convocado;
 - 7.4.2. Existência de vaga não preenchida por ausência de manifestação no prazo estabelecido para assinatura do Termo de Permissão de Uso;
 - 7.4.3. Cassação da permissão por descumprimento de deveres legais ou contratuais pelo permissionário titular;
 - 7.4.4. Revogação da permissão de uso por decisão administrativa fundamentada;
 - 7.4.5. Ocorrência de outras situações que, a juízo da Administração, ensejem a vacância da vaga.
- 7.5. A convocação dos candidatos será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município.
- 7.6. O candidato convocado que, tendo sido regularmente chamado para ocupar vaga disponível dentro de seu item ou segmento, optar por não escolher nenhuma das unidades ofertadas no momento da convocação, será automaticamente eliminado do cadastro de reserva, sendo convocado o próximo classificado.

8. DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

- 8.1. A inscrição é gratuita.
- 8.2. O participante arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta.
 - 8.2.1. O Município não será responsável por nenhum destes custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.
- 8.3. A disputa ocorrerá na modalidade presencial.
- 8.4. A entrega dos **envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas Técnica**, em acordo com as exigências do Edital, deverá ocorrer em dia e hora marcados, indicados no preâmbulo do Edital, improrrogavelmente, no local previsto no preâmbulo deste Edital, pelo próprio proponente ou por intermédio de procurador devida e formalmente constituído.
- 8.5. A documentação e a proposta deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes distintos lacrados, contendo o primeiro a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, o segundo a PROPOSTA TÉCNICA, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:

ENVELOPE 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA nº 006/2025 – SEAPA
NOME/RAZÃO SOCIAL

Nº DO CNPJ

ENVELOPE 02 – PROPOSTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA nº 006/2025 – SEAPA
NOME/RAZÃO SOCIAL Nº DO CNPJ

8.6. **No ENVELOPE 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão constar os seguintes documentos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

8.6.1. Declaração de cumprimento ao disposto art. 7º, XXXIII da constituição federal e do art. 65 da lei municipal 13.830/19; Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação; Declaração de ciência e concordância, devidamente assinadas, conforme **Anexos V, VI e VII:**

8.6.2. Além das declarações supracitadas, exige-se:

8.6.2.1. Cópia do Cartão CNPJ e cópia do estatuto social registrado em Cartório (última alteração, acaso tenha havido alteração).

8.6.2.2. Cópia de Comprovante do endereço recente da Cooperativa/Associação de Agricultura Familiar.

8.6.2.3. Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas e da carteira de identidade do atual representante legal.

8.6.2.3.1. A apresentação de cópia de documento de identidade que contenha o número do CPF substitui a apresentação dos dois documentos em separado.

8.6.2.4. Se couber, cópia da Ata de Eleição e da posse da atual diretoria: relação nominal atualizada e assinada dos dirigentes da Organização com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de identidade e número no Cadastro de Pessoas Físicas.

8.6.2.4.1. A apresentação de cópia de documento de identidade que contenha o número do CPF substitui a apresentação dos dois documentos em separado.

8.7. **Os interessados na participação deverão, ainda, apresentar a documentação relacionada abaixo.**

8.7.1. **As pessoas jurídicas Cooperativa ou Associação de Agricultura Familiar devem apresentar:**

8.7.1.1. Certidão de insolvência civil emitida pelo Poder Judiciário na comarca de residência do pretenso permissionário;

8.7.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.7.1.3. Certidão de regularidade fiscal da Fazenda Estadual de Minas Gerais;

8.7.1.4. Certidão de regularidade fiscal da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.7.1.5. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão de regularidade de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários;

8.7.1.6. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município;

- 8.7.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do “Título VII-A Da prova de inexistência de débitos trabalhistas” da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.7.1.8. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 8.7.1.9. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.
- 8.8. No **ENVELOPE 02 – PROPOSTA TÉCNICA** deverão ser anexados os documentos comprobatórios de pontuação técnica:
 - 8.8.1. Proposta Técnica devidamente preenchida, conforme Anexo III;
 - 8.8.2. Documentação para pontuação, conforme **subitem 6.3.6 “Do Quadro dos critérios de classificação”**.
- 8.9. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes pelos Correios ou serviços de entrega similares, bem como não será admitida a inscrição por qualquer meio eletrônico.
- 8.10. Os requerentes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 8.11. Não serão aceitos envelopes entregues fora do prazo.
- 8.12. A falsidade de informações no ato da inscrição poderá acarretar a respectiva eliminação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra o requerente e comunicação às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime
- 8.13. Da análise da habilitação:
 - 8.13.1. Considerando haver cadastro de reserva, faz-se necessária a inversão das fases com análise inicial da habilitação dos licitantes.
- 8.14. Da análise de proposta técnica:
 - 8.14.1. O resultado da pontuação final corresponderá à soma dos pontos obtidos em cada quesito relacionado no “DA PROPOSTA TÉCNICA E DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO” sendo a pontuação máxima 100 (cem) pontos e a pontuação mínima de 10 (dez) pontos.
 - 8.14.2. O proponente que somar pontuação inferior ao estabelecido no subitem 8.14.1, será eliminado.
 - 8.14.3. Para a classificação dos inscritos, a Comissão de Contratação estabelecerá as listas de classificação, em ordem decrescente, considerando aqueles melhores pontuados em cada item.
 - 8.14.4. A classificação dos participantes habilitados será realizada através dos critérios técnicos de avaliação, conforme disposto no “DA PROPOSTA TÉCNICA E DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO”.
 - 8.14.5. Para a avaliação dos quesitos contidos nos “Critérios de Classificação e Cadastro de Reserva”, nos casos de Inclusão e políticas afirmativas - proponente ou responsável legal ser PPI (preto, pardo, indígena), o requerente será convocado para análise por meio de Comissão de Heteroidentificação a ser definida por instrumento cabível.

9. DO RECEBIMENTO DA PERMISSÃO DE USO E DEMAIS PROVIDÊNCIAS

- 9.1. O requerente habilitado e classificado, passará a ser chamado permissionário e receberá número de matrícula.
 - 9.1.1. O requerente habilitado e classificado será convocado para, no prazo de 03 (três) dias úteis, assinar o Termo de Permissão de Uso.

- 9.1.2. Atingido o prazo máximo referido no subitem 9.1.1, e ausente justificativa aceita pela Administração Pública, ficará configurada a desistência do requerente convocado, podendo a Administração, a seu único e exclusivo critério, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o respectivo Termo em igual prazo ou abrir novo certame quando não houver classificados dentro do cadastro de reserva.
- 9.2. Exceto pelos casos previstos em lei, o permissionário deverá estar sempre à frente de seu negócio e exercer sua atividade, sob pena de cassação da permissão de uso.
- 9.3. É expressamente vedada a mudança de ramo de atividade durante a vigência da permissão, exceto se expressamente autorizado pelo Órgão Concedente ou na hipótese de alteração legislativa.
- 10. DO ESPAÇO PÚBLICO A SER CONCEDIDO**
- 10.1. A utilização dos espaços físicos do Mercado Municipal deverá seguir as normas higiênico-sanitárias municipais, estaduais e federais, o Código de Defesa do Consumidor, o Código de Posturas Municipais, as normas regulamentadoras da Permissão de Uso, e demais normas aplicáveis às atividades exercidas.
- 10.2. O permissionário deverá utilizar o espaço físico estritamente para a finalidade permitida, mantendo-o em perfeitas condições de limpeza, organização e segurança para funcionários e consumidores, cumprindo todas as normas regulamentadas pela Vigilância Sanitária, de Segurança do Trabalho, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive recipientes para depósitos de lixo ou sobras.
- 10.3. Todos os custos para a adaptação do espaço às exigências legais para exercício das atividades são de responsabilidade do permissionário.
- 11. DO PREÇO PÚBLICO E DO RATEIO**
- 11.1. Pela Permissão de Uso e Ocupação do espaço público, objeto deste EDITAL, o Permissionário pagará, mensalmente, ao Permitente, preço público e valor de rateio de despesas, definido na Portaria nº 356 - SEAPA, de 03 de fevereiro de 2025 e demais legislações do Mercado Municipal.
- 11.2. Os valores de preço público e do rateio vigentes estão detalhados no Anexo II.
- 11.3. O preço público e o rateio deverão ser pagos, mensalmente, com até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, a contar do que se seguir ao da assinatura do Termo de Permissão de Uso.
- 11.4. O não pagamento do valor através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, por mais de 60 (sessenta) dias ensejará na rescisão do Termo de Permissão de Uso, e a consequente desocupação do espaço público, além de habilitar o permissionário na Dívida Ativa.
- 11.5. O valor correspondente às Unidades Comerciais incorrerá anualmente nos ajustes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
- 12. DO PAGAMENTO**
- 12.1. O Permissionário obriga-se a recolher, até o vencimento de cada mês de utilização do imóvel, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM, o preço público a que se refere a Unidade Comercial licitada, sob pena de revogação da permissão.
- 12.1.1. O Permissionário se obriga, ainda, ao pagamento de rateio das despesas coletivas referentes às áreas comuns, tais como água, luz, esgoto, limpeza, conservação, desratização e dedetização, manutenção, administração e segurança, jardinagem, dentre outros necessários ao bom funcionamento do Mercado Municipal, conforme previsto na legislação pertinente.
- 12.2. O não pagamento no prazo previsto neste item sujeitará ao Permissionário juros e multas, ambos calculados sobre a dívida principal, na forma da legislação municipal aplicável.

- 12.3. O Permissionário é obrigado a pagar quaisquer despesas tributárias, tarifas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram do Termo de Concessão de Uso ou da utilização do imóvel, bem como os decorrentes da atividade para a qual o uso do bem é concedido, inclusive encargos previdenciários e securitários.
- 12.4. O Permissionário OBRIGA-SE a recolher, na data de vencimento de cada mês de utilização do espaço público, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a importância gerada a partir do valor do rateio.

13. DA CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

- 13.1. O Permissionário é obrigado a conservar o espaço público, cujo uso lhe é permitido, mantendo-o permanentemente limpo e em bom estado, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe também nas mesmas condições, a sua guarda, pagamento da energia elétrica e água consumidas.
- 13.2. O Permissionário apresentará ao Permitente, anualmente, declaração de quitação anual dos encargos individuais do espaço que lhe foi permitido (luz, água, dentre outros), sob pena de sofrer as penalidades cabíveis.
- 13.3. O Permissionário, fica obrigado, às suas custas, a equipar a Unidade Comercial com os equipamentos e mobiliários necessários para a prestação do serviço que a atividade exige, bem como a instalação de sistema de combate a incêndio conforme legislação vigente no perímetro da Unidade Comercial e apólice de seguro.

14. DAS BENFEITORIAS

- 14.1. O Permissionário não poderá realizar modificações ou construções no espaço desta Permissão de Uso, sem expressa autorização do Permitente, salvo nos casos previstos em lei para exercício da atividade.
- 14.1.1. As características mínimas dos equipamentos e decoração da Unidade Comercial ficarão às custas do Permissionário.
- 14.1.2. O permissionário se compromete a seguir o Regimento Interno do Mercado Municipal e o Padrão de identidade visual ali disposto, no qual se indica as modificações e/ou características de decoração que podem ser implementadas.
- 14.2. Fica estabelecido que qualquer modificação realizada pelo Permissionário no espaço objeto desta Permissão de Uso reverterá automaticamente ao Patrimônio do Permitente, sem qualquer indenização ou direito de retenção, podendo, ainda, a seu critério, o Permitente exigir a devolução do espaço na situação anterior.
- 14.3. O Permissionário classificado para ocupação da unidade 32-A ou 32-B deverá, obrigatoriamente, seguir o modelo construtivo indicado no Anexo I.
- 14.3.1. Caso o modelo construtivo não seja seguido, o permissionário poderá responder às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, pela inexecução contratual.

15. DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. Ao Permitente, admite-se o direito de exercer, por intermédio do órgão responsável, fiscalização do local, sempre que julgar necessário, para observância do cumprimento da Proposta Técnica e demais condições de comercialização contratualizadas no Termo de Permissão de Uso.

16. DA CONTRAPARTIDA

- 16.1. Fica preestabelecido que os Permissionários das Unidades Comerciais, deverão cumprir com as seguintes contrapartidas:
- 16.1.1. Pagamento de preço público, mensalmente, conforme legislação vigente;

- 16.1.2. Pagamento de rateio das despesas coletivas referentes às áreas comuns, tais como água, luz, esgoto, limpeza, conservação, desratização e dedetização, manutenção, administração e segurança, jardinagem, dentre outros necessários ao bom funcionamento do Mercado Municipal, conforme previsto na legislação pertinente.
- 16.1.3. Conservação do espaço que lhe foi permitido;
- 16.1.4. Cumprimento do regulamento e demais normas de convivência;

17. DAS RESTRIÇÕES DE USO

- 17.1. Além do caráter eminentemente precário de que se reveste esta Permissão de Uso e Ocupação, reconhecido pelo Permissionário, fica o mesmo obrigado a:
 - 17.1.1. desocupar o espaço, findo o prazo fixado no Termo;
 - 17.1.2. não ceder, arrendar, sublocar, emprestar ou transferir, a qualquer título, o uso do espaço a terceiros.

18. DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

- 18.1. Finda a Permissão de Uso, a qualquer tempo, deverá o Permissionário restituir o espaço ao Permitente em perfeitas condições de uso e conservação.
- 18.2. Quaisquer danos eventualmente ocorridos serão recompostos ou indenizados pelo Permissionário, podendo o Permitente exigir a reposição das partes danificadas.

19. DAS OBRIGAÇÕES

- 19.1. Fica o Permissionário obrigado a:
 - 19.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação, Regimento Interno e demais normativos do Mercado Municipal.
 - 19.1.2. Manter, durante toda a execução da permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 19.1.3. Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros.
 - 19.1.4. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.
 - 19.1.5. Responder civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.
 - 19.1.6. Não suspender suas atividades sem prévia solicitação através do portal Prefeitura Ágil com, no mínimo 24 horas de antecedência, e expressa autorização do Departamento de Gestão do Mercado Municipal.
 - 19.1.7. Manter toda a documentação referente à área permissionada, à empresa permissionária, aos seus empregados, sócios, titulares e prepostos, prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, apresentando-a a autoridade competente sempre que exigida.
 - 19.1.8. Apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração, documento que comprove perfeitas condições de saúde do titular, dos sócios, empregados e prepostos, nos termos do que dispõe as normas vigentes da Vigilância Sanitária municipal.
 - 19.1.9. Apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração, documento que comprove que os responsáveis pela permissionária, cujo ramo preveja a comercialização de produtos alimentícios, manipulados ou não, bem como seus respectivos prepostos, gerentes e funcionários, possuam certificado de participação em curso sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos,

- obtido através de curso realizado por órgão competente, ligado à Vigilância Sanitária de Alimentos do Município, ou entidade reconhecida.
- 19.1.10. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área permissionada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitária.
- 19.1.11. Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.
- 19.1.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou termo de permissão de uso, acarretará na aplicação, pela Permitente, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.
- 19.1.13. A Permissionária deverá fixar em local visível, placas identificativas, nas quais constarão:
- 19.1.14. a) Razão Social;
- 19.1.15. b) Nome da Permissionária;
- 19.1.16. c) Ramo de Comércio;
- 19.1.17. d) Número da unidade, banca ou local específico;
- 19.1.18. e) Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário (quando necessário).
- 19.1.19. A Unidade Comercial deverá ser mantida em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, em conformidade com a legislação sanitária, sendo que caixarias e afins já utilizadas não poderão ser armazenadas nas áreas internas e externas do equipamento abastecedor.
- 19.1.20. A Permissionária deverá reparar quaisquer danos ocorridos na área que lhe é permissionada, mesmo aqueles provenientes do uso, sob pena de, não o fazendo, submeter-se às sanções administrativas e judiciais pertinentes.
- 19.1.21. A Permissionária fica obrigada a apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração ou outra autoridade competente, documentação que indique a procedência, especificação e classificação dos produtos por ela comercializados e/ou utilizados no preparo dos alimentos e nota fiscal relativa à compra.
- 19.1.22. Pagamento de preço público, mensalmente, conforme legislação vigente.
- 19.1.23. Será de inteira responsabilidade da Permissionária o pagamento correspondente às despesas individuais de cada box, loja ou quiosque, tais como consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como aqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização e dedetização, manutenção e conservação, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia e de quaisquer outros encargos que vierem a ser instituídos por Lei, os que forem necessários ao bom funcionamento das atividades ali exercidas, bem como ao rateio proporcional à área ocupada para pagamentos dos serviços realizados nas áreas comuns do Equipamento, conforme disposição legal.
- 19.1.24. Apresentar ao Permitente, anualmente, declaração de quitação anual dos encargos individuais (luz, água, dentre outros) do espaço que lhe foi permitido (loja, box ou quiosque), sob pena de sofrer as penalidades cabíveis.
- 19.1.25. Não realizar modificações, alterações ou decorações no Box, loja ou quiosque sem prévia aprovação da SEAPA.
- 19.1.26. O permissionário se compromete seguir o Padrão de Identidade Visual, no qual se indiquem as modificações e/ou características de decoração.
- 19.1.27. Fica estabelecido que qualquer modificação realizada pela Permissionária no espaço objeto da Permissão de Uso deverá ser removida no ato de seu encerramento e devolução do espaço, a fim de garantir as características originais da área de permissão.

- 19.1.28. Finda a Permissão de Uso, a qualquer tempo, deverá a permissionária restituir o espaço à Permitente em perfeitas condições de uso e conservação, nas condições originais de entrega.

20. DA RESCISÃO

- 20.1. A rescisão do Termo de Permissão de Uso e Ocupação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
- 20.1.1. Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do Permitente;
 - 20.1.2. Amigavelmente, desde que haja conveniência para as partes interessadas, com aviso prévio por escrito, de 60 (sessenta) dias ou prazo menor a ser negociado à época da rescisão;
 - 20.1.3. Por ato unilateral e escrito da Administração, quando não cabível aplicação de penalidades menos gravosas, nos casos de reiterado descumprimento das obrigações previstas no Termo de Permissão e/ou na legislação vigente.
- 20.2. Caso o permissionário desista da unidade comercial após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, deverá ressarcir à Prefeitura de Juiz de Fora os valores eventualmente gastos com a identificação do empreendimento no Mercado Municipal, bem como arcar com os compromissos financeiros já assumidos relativos ao preço público, rateio de despesas e outorga. A desistência injustificada também poderá sujeitar o permissionário às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DAS VEDAÇÕES

- 21.1. Expor ou vender produtos diferentes do constante no objeto do permitido.
- 21.2. Ocupar espaço maior do que lhe foi permitido/autorizado, assim entendida a exposição de produto fora dos limites da Unidade Comercial;
- 21.3. Praticar jogos de azar nas dependências da Unidade Comercial;
- 21.4. Lançar, na área ou nos arredores da Unidade Comercial, detrito, fumaça, gordura e água servida ou lixo de qualquer natureza, bem como desrespeitar norma de direito urbanístico ou ambiental;
- 21.5. Fazer propaganda de caráter político ou religioso no ambiente do Espaço Público da Unidade Comercial.
- 21.6. Apresentar-se sob efeito de álcool ou entorpecentes durante suas atividades.
- 21.7. Fica vedada a colocação de letreiros luminosos, que distorçam com o ambiente arquitetônico do Mercado Municipal.

22. DAS PENALIDADES

- 22.1. Além das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o permissionário ficará sujeito às penalidades dispostas na Legislação municipal que rege o Mercado Municipal.

23. DA VIGÊNCIA

- 23.1. A vigência da permissão será de 05 (cinco) anos, prorrogável até o limite máximo previsto na lei 14.133 ou outra que venha a sucedê-la.
- 23.2. Em consonância com a legislação vigente, a presente Permissão de Uso e Ocupação é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser rescindida a qualquer tempo, sem indenização de qualquer espécie ou natureza ao Permissionário.

24. DOS ANEXOS

- 24.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANTA BAIXA;

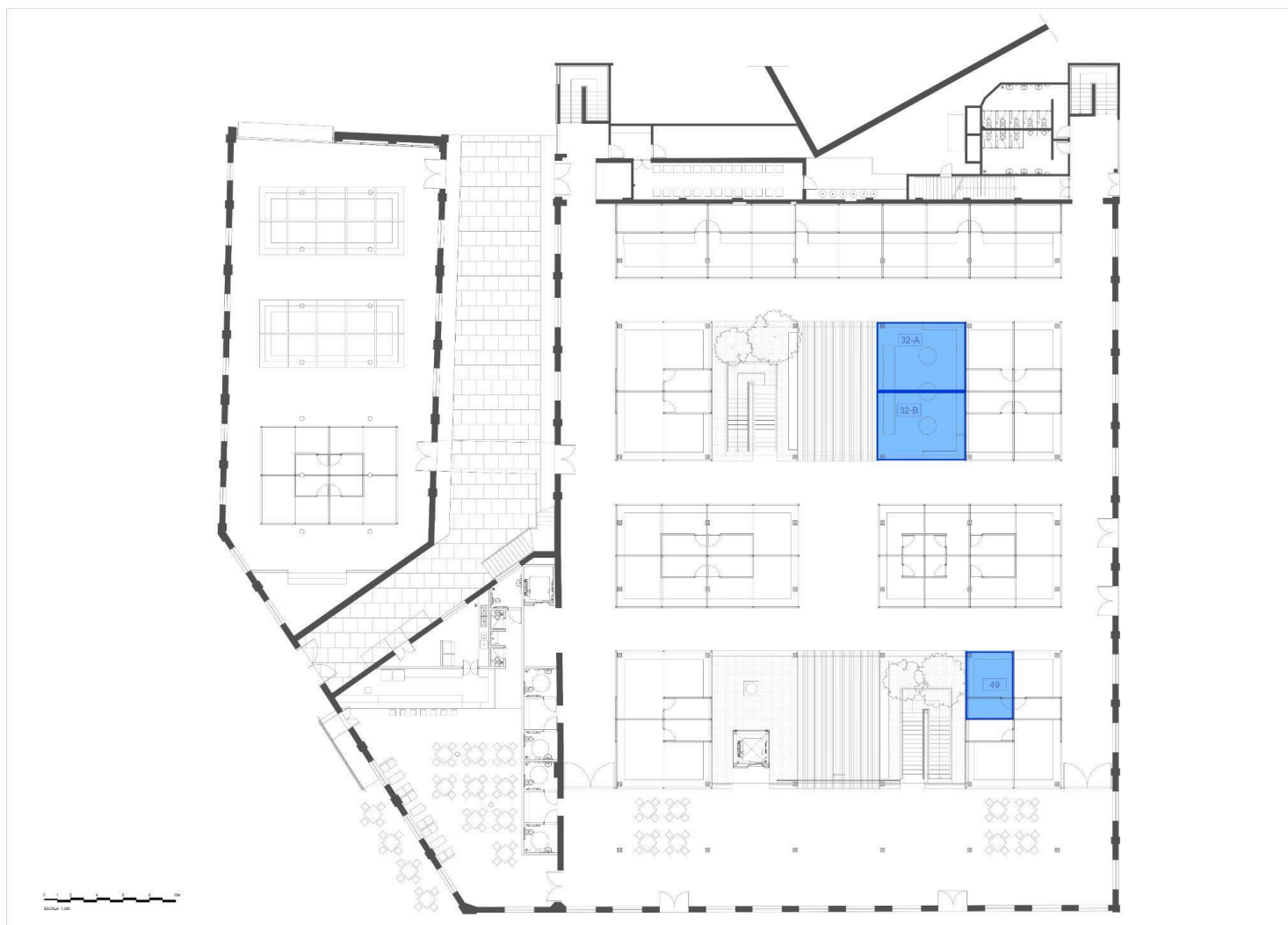
ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES COMERCIAIS E PREÇO PÚBLICO;

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA;
ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO;
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 65 DA LEI MUNICIPAL 13.830/19;
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO;
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;
ANEXO VIII - AUTODECLARAÇÃO DE NOME E GÊNERO;
ANEXO IX - AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL;
ANEXO X - AUTODECLARAÇÃO DE IDENTIDADE TRANS: TRAVESTI, TRANSEXUAL
OU TRANSGÊNERO.

Juiz de Fora - MG, data da assinatura eletrônica.

Fabiola Paulino da Silva
Secretária de Agricultura, Pecuária e Segurança Alimentar

ANEXO I - PLANTA BAIXA:



ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES COMERCIAIS, DO PREÇO PÚBLICO E DO VALOR DE RATEIO

Empreendimentos da Agricultura Familiar (4712-1/00 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns).				
ITEM	UNIDADE COMERCIAL	VALOR UNITÁRIO (M²)	VALOR DO PREÇO PÚBLICO	VALOR DO RATEIO
1	32 A - Box com área de 28,675 m² localizada no TÉRREO (Ocupação imediata)	R\$ 60,00	R\$ 1.720,50	R\$ 2.560,74
2	32 B - Box com área de 28,675 m² localizada no TÉRREO (Cadastro de Reserva)	R\$ 60,00	R\$ 1.720,50	R\$ 2.560,74
3	49 - Box com área de 14,41m² localizado no TÉRREO (Ocupação imediata)	R\$60,00	R\$ 864,60	R\$ 1.286,84

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA
Concorrência nº: _____

I - DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
1 - DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
Razão social:	Data de fundação:
Nome fantasia:	
NÚMERO DO CNPJ: ()	
Matriz – Nº _____ ()	
Filial – Nº _____	
DATA DE ABERTURA DO CNPJ:	
Endereço completo da sede:	
Cidade:	Cep:
Telefone:	E-mail:
2- SOBRE A REPRESENTAÇÃO LEGAL OU SÓCIOS	
Nome(s) completo(s):	
Data de nascimento:	Sexo:
RG/órgão expedidor/UF:	CPF:
Cargo:	Vigência do mandato da atual diretoria:
() Não se aplica.	____/____/____ a ____/____/____ () Não se aplica
Endereço residencial completo:	
Cidade:	CEP:
Telefone:	E-mail:
II - PARA PREENCHIMENTO DE TODOS OS PROPONENTES	
1 - FINALIDADES ESTATUTÁRIAS E CNAE (PRINCIPAIS E SECUNDÁRIOS) DO CNPJ / FINALIDADES DO EMPREENDIMENTO:	

2 - UNIDADE PRETENDIDA:	
Item: – Loja com área de m2 localizado no TÉRREO.	
3 - DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA PONTUAÇÃO	
Item	Pontua? (juntar documentação comprobatória caso a resposta seja SIM)
Experiência de atuação no segmento de comercialização na Região e microrregião de Juiz de Fora (Peso 5)	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
Participação do licitante em feiras, eventos e atividades de fomento relacionadas ao segmento. (Peso 1)	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
Perfil do empreendimento a ser instalado no Mercado Municipal de Juiz de Fora. (Peso 2)	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
Proponente ou responsável legal a frente da unidade comercial ser pessoa com deficiência	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
Inclusão e políticas gênero, idade, PPI e pessoa Trans (Peso 1)	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
Pontuação não cumulativa	Caso a resposta seja “sim”, declaro-me como:
Mulher	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
OU	

OBS.: datar e assinar/carimbar (pessoa jurídica)

ANEXO IV - MINUTA TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Termo de Permissão de Uso nº
Processo Administrativo nº 6.991/2025

Permitente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Objeto: Exploração de área com X m², identificada como Unidade Comercial X, integrante do Mercado Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 188, no Bairro Centro, na cidade de Juiz de Fora/MG, CEP 36010-110, para a exploração do ramo de “produtos alimentícios variados em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados”.

O **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.338.178/0001-02, com sede na Av. Brasil, nº 2001, 9º andar, Centro, Juiz de Fora – MG, denominado **MUNICÍPIO/PERMITENTE**, neste ato representado por sua Prefeita, **Sra. Maria Margarida Martins Salomão**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 135.210.396-68, portadora da CI nº M-1.387404-SSP/MG, com interveniência da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Segurança Alimentar (SEAPA), neste ato representada por sua **Secretária, Sra. Fabiola Paulino da Silva, brasileira, portadora da CI nº 202832903 SSP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 098.353.057-22**, de um lado e, de outro lado, a pessoa jurídica X, inscrita no CNPJ/MF sob o nº X, com endereço na X, doravante designada **PERMISSIONÁRIA**, neste ato representada pela Sr.^a X, portadora da Cédula de Identidade RG. nº MG-23498784, devidamente inscrita no CPF sob o nº X, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem **com fulcro nos termos do Edital da Concorrência nº 006/2025 - SEAPA e seus Anexos, Lei Municipal nº 9.328/1998, Lei Municipal nº 11.261/2006, Decreto Municipal nº 15.646/2022, Lei Federal nº 14.133/2021 e em conformidade com autos do processo administrativo nº 6.991/2025**, observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A Permitente, proprietária do imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 188, no Bairro Centro, na cidade de Juiz de Fora/MG, CEP 36010-110, onde se encontra instalado o **MERCADO MUNICIPAL** sob administração da **SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**, **PERMITE** à pessoa jurídica/física identificada no preâmbulo, o uso da área de X m², identificada como **UNIDADE COMERCIAL X**, integrante do referido equipamento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO RAMO DE COMÉRCIO

2.1. A área ora permissionada é destinada exclusivamente ao segmento de comercialização de produtos alimentícios variados em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados, nos termos do Edital da Concorrência nº 006/2025 - SEAPA disposto nos Anexo I e II.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

3.1. A Permissionária deverá atender às seguintes obrigações:

3.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação, Regimento Interno e demais normativos do Mercado Municipal.

3.1.2. Manter, durante toda a execução da permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.3. Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros.

3.1.4. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

3.1.5. Responder civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

3.1.6. Não suspender suas atividades sem prévia solicitação através do portal Prefeitura Ágil com, no mínimo 24 horas de antecedência, e expressa autorização do Departamento de Gestão do Mercado Municipal.

3.1.7. Manter toda a documentação referente à área permissionada, à empresa permissionária, aos seus empregados, sócios, titulares e prepostos, prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, apresentando-a a autoridade competente sempre que exigida.

3.1.8. Apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração, documento que comprove perfeitas condições de saúde do titular, dos sócios, empregados e prepostos, nos termos do que dispõe as normas vigentes da Vigilância Sanitária municipal.

3.1.9. Apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração, documento que comprove que os responsáveis pela permissionária, cujo ramo preveja a comercialização de produtos alimentícios, manipulados ou não, bem como seus respectivos prepostos, gerentes e funcionários, possuam certificado de participação em curso sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, obtido através de curso realizado por órgão competente, ligado à Vigilância Sanitária de Alimentos do Município, ou entidade reconhecida.

3.1.10. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área permissionada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitária.

3.1.11. Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

3.1.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou termo de permissão de uso, acarretará na aplicação, pela Permitente, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

3.1.13. A Permissionária deverá fixar em local visível, placas identificativas, nas quais constarão:

- a) Razão Social;
- b) Nome da Permissionária;
- c) Ramo de Comércio;
- d) Número da unidade, banca ou local específico;
- e) Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário (quando necessário).

3.1.14. A Unidade Comercial deverá ser mantida em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, em conformidade com a legislação sanitária, sendo que caixarias e afins já utilizadas não poderão ser armazenadas nas áreas internas e externas do equipamento abastecedor.

3.1.15. A Permissionária deverá reparar quaisquer danos ocorridos na área que lhe é permissionada, mesmo aqueles provenientes do uso, sob pena de, não o fazendo, submeter-se às sanções administrativas e judiciais pertinentes.

3.1.16. A Permissionária fica obrigada a apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração ou outra autoridade competente, documentação que indique a procedência, especificação e classificação dos produtos por ela comercializados e/ou utilizados no preparo dos alimentos e nota fiscal relativa à compra.

3.1.17. Pagamento de preço público, mensalmente, conforme legislação vigente.

3.1.18. Será de inteira responsabilidade da Permissionária o pagamento correspondente às despesas individuais de cada box, loja ou quiosque, tais como consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como aqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização e dedetização, manutenção e conservação, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia e de quaisquer outros encargos que vierem a ser instituídos por Lei, os que forem necessários ao bom

funcionamento das atividades ali exercidas, bem como ao rateio proporcional à área ocupada para pagamentos dos serviços realizados nas áreas comuns do Equipamento, conforme disposição legal.

3.1.18. Apresentar ao Permitente, anualmente, declaração de quitação anual dos encargos individuais (luz, água, dentre outros) do espaço que lhe foi permitido (loja, box ou quiosque), sob pena de sofrer as penalidades cabíveis.

3.1.19. Não realizar modificações, alterações ou decorações no Box, loja ou quiosque sem prévia aprovação da SEAPA.

3.1.20. O permissionário se compromete seguir o Padrão de Identidade Visual, no qual se indiquem as modificações e/ou características de decoração.

3.1.21. Fica estabelecido que qualquer modificação realizada pela Permissionária no espaço objeto da Permissão de Uso deverá ser removida no ato de seu encerramento e devolução do espaço, a fim de garantir as características originais da área de permissão.

3.1.22. Finda a Permissão de Uso, a qualquer tempo, deverá a permissionária restituir o espaço à Permitente em perfeitas condições de uso e conservação, nas condições originais de entrega.

CLÁUSULA QUARTA DA PERMISSÃO DE USO

4.1. A outorga desta permissão de uso é feita a título precário, oneroso, intransferível e por prazo determinado de **05 anos, permitida a prorrogação conforme limite máximo previsto em lei.**

4.2. Anualmente, a Permissionária deverá apresentar à Administração Pública Municipal documento hábil de todos os seus funcionários e pessoas que exerçam qualquer atividade em seu equipamento, da qual conste não sofrer ou ser portador de moléstia infectocontagiosa.

4.3. Em caso de falecimento, invalidez ou aposentadoria do titular da Permissionária, a Administração poderá, observada as especificações da legislação pertinente, autorizar a transferência da permissão de uso ao cônjuge supérstite ou para um dos herdeiros legais, mediante documentos comprobatórios e requerimento protocolado na SEAPA, nos termos da Lei Municipal nº 9.328/1998 e alterações posteriores.

4.4. Quando a Permissionária optar pela desistência da permissão de uso e consequente desocupação da área permissionada, deverá comunicar formalmente o fato à Permitente com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, e instruir o pedido com os 3 (três) últimos comprovantes do recolhimento do preço público devido em razão da ocupação da área.

4.4.1. Haverá o chamamento do próximo, conforme Cadastro Reserva, desde que dentro da vigência da permissão.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO E DO PAGAMENTO

5.1. Pela ocupação da área que lhe é permissionada, a Permissionária pagará o valor de R\$ X correspondente ao preço público, conforme o Decreto Municipal nº 15.646/2022.

5.2. O preço público deverá ser pago, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

5.3. A primeira cobrança somente terá vencimento após completados 30 (trinta) dias corridos da data de inauguração do Mercado Municipal.

5.4. O valor correspondente à Unidade Comercial permissionada incorrerá anualmente aos ajustes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

5.5. Será de inteira responsabilidade da Permissionária o pagamento de rateio, no valor de X (dois mil e quinhentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), correspondente às despesas coletivas referentes às áreas comuns, tais como água, luz, esgoto, limpeza, conservação, desratização e dedetização, manutenção, administração e segurança, jardinagem, dentre outros necessários ao bom funcionamento do Mercado Municipal.

5.6. Os valores atuais do preço público e de rateio poderão sofrer atualização ou modificação ao longo do tempo.

5.7. O não pagamento do valor através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, por mais de 60 (sessenta) dias ensejará na rescisão do presente termo de permissão de uso, e a consequente desocupação do espaço público após o recebimento da notificação de desocupação emitido pela SEAPA, além de habilitar o então permissionário na Dívida Ativa Municipal.

5.8. O não pagamento no prazo previsto nesta cláusula sujeitará ao Permissionário juros e multas, ambos calculados sobre a dívida principal, na forma da legislação municipal aplicável.

5.9. O Permissionário é obrigado a pagar quaisquer despesas tributárias, tarifas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram do Termo de Permissão de Uso ou da utilização do imóvel, bem como os decorrentes da atividade para a qual o uso do bem é concedido, inclusive encargos previdenciários e securitários.

5.10. O Permissionário obriga-se a recolher, na data de vencimento de cada mês de utilização do espaço público, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a importância gerada a partir do valor do rateio das despesas coletivas como água, luz, limpeza, conservação, desratização, manutenção e conservação, jardinagem e segurança, sob pena de revogação da permissão e todas as demais previstas na legislação de regência.

CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES

6.1. Sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei, será aplicada multa pecuniária nos percentuais e casos abaixo:

6.1.1. Sobre os pagamentos efetuados fora do prazo estipulado na legislação vigente e neste Termo incidirá multa de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento.

6.1.1.1. O não pagamento do valor do preço público ou do rateio das despesas comuns por mais de 60 (sessenta) dias ensejará a rescisão da permissão outorgada, sem prejuízo de demais penalidades cabíveis, nos termos da Lei Municipal nº 9.328/1998 ou outra que venha a lhe substituir.

6.2. Ficará configurada a desistência se a proponente habilitada e classificada, tendo sido regularmente convocada, não comparecer de forma injustificada para firmar o Termo de Permissão de Uso - TPU no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação da convocação. Após o referido prazo, poderá a Administração, a seu único e exclusivo critério, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo ou abrir novo certame.

6.3. Após a ocupação da área e instalação do seu ramo de comércio, a Permissionária, para desistir da Permissão de Uso, estará obrigada a comunicar sua intenção formalmente à Permitente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

6.4. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, incidindo-se a elas correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento.

6.5. A aplicação de qualquer penalidade será precedida do devido processo legal, respeitados os prazos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou outra que venha a lhe substituir.

6.6. Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula, poderá a Administração, a seu exclusivo critério e caracterizado o ato ou fato que o justifique, aplicar, concomitantemente ou não, as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os casos omissos serão encaminhados à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Segurança Alimentar - SEAPA.

7.2. A Permitente, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a execução de obras necessárias à correta operacionalização do Box, loja ou quiosque, cujas despesas ficarão sob a responsabilidade da Permissionária.

7.3. Faz parte integrante deste Termo de Permissão de Uso o Edital da Concorrência nº 006/2025 - SEAPA, seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.4. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Juiz de Fora, para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

7.5. Pela Permissionária, o presente termo foi aceito e que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado, insertando aos autos do Processo Administrativo nº 6.991/2025.

E por estarem assim acordados, assinam esta permissão os representantes das partes e as testemunhas abaixo, em duas vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora-MG, data da última assinatura eletrônica.

Maria Margarida Martins Salomão
Prefeita de Juiz de Fora

Fabiola Paulino da Silva
Secretária de Agricultura, Pecuária e Segurança Alimentar

Nome
Permissionária

Testemunhas:

1. Nome: CPF:

2. Nome: CPF:

Processo Administrativo nº 6.991/2025

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO ART. 7º, XXXIII DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 65 DA LEI MUNICIPAL 13.830/19**

A (O) licitante _____ registrada sob o CNPJ/CPF
nº _____, com _____ endereço
_____, por
intermédio de seu representante legal, _____, inscrito no CPF sob
o nº _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ com órgão
expedidor _____, DECLARA, conforme **artigo 68, inciso VI Lei nº 14.133, de 01 de
Abril de 2021**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz.

DECLARA, ainda que não possui sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha
reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade contratante ou de servidor
da mesma unidade administrativa investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

Por ser verdade, assino.

LOCAL E DATA: _____ / _____ / _____

Assinatura do responsável legal/declarante
CPF nº / RG nº

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

REFERENTE: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº _____

A(o) licitante _____, inscrita no CNPJ/ CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, data: _____/_____/_____.

Razão Social (se cabível): _____

Declarante (nome): _____

CPF do Declarante: _____

LOCAL E DATA: _____/_____/_____

Assinatura do responsável legal/declarante
CPF nº / RG nº

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

A licitante _____, com endereço _____, nº _____, C.N.P.J/CPF. nº _____, DECLARA que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital nº ____/2025 SEAPA e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

LOCAL E DATA: _____ / _____ / _____

Assinatura do responsável legal/declarante
CPF nº / RG nº

ANEXO VIII - AUTODECLARAÇÃO DE NOME E GÊNERO
(para candidatos inscritos para as vagas de ação afirmativa – mulher)

Eu, abaixo-assinado, _____, CPF nº _____, portador do documento de identificação nº _____, para o fim específico de atender a Concorrência Pública para vagas na feiras de Juiz de Fora, DECLARO-ME pertencente ao gênero biológico ou social feminino. A autodeclaração deve coincidir com a opção de ação afirmativa escolhida no momento da inscrição para este processo seletivo, sob o risco de indeferimento durante a análise da documentação de ação afirmativa caso seja identificada alguma divergência. Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito, e estou ciente de que responderei legalmente pela informação prestada.

LOCAL E DATA: _____ / _____ / _____

Assinatura do responsável legal/declarante
CPF nº / RG nº

ANEXO IX - AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(para candidatos inscritos para as vagas de ação afirmativa – autodeclarados pretos, pardos e indígenas)

Eu, abaixo-assinado, _____, CPF nº _____, portador do documento de identificação nº _____, DECLARO para o fim específico de atender a concorrência pública para vagas na feiras de Juiz de Fora, que sou _____ (Informar a etnia: preto, pardo ou indígena). A autodeclaração deve coincidir com a opção de ação afirmativa escolhida no momento da inscrição para este processo seletivo, sob o risco de indeferimento durante a análise da documentação de ação afirmativa caso seja identificada alguma divergência. Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito, e estou ciente de que responderei legalmente pela informação prestada.

LOCAL E DATA: _____ / _____ / _____

Assinatura do responsável legal/declarante
CPF nº / RG nº

ANEXO X - AUTODECLARAÇÃO DE IDENTIDADE TRANS (TRAVESTI, TRANSEXUAL OU TRANSGÊNERO)

(para candidatos inscritos para as vagas de ação afirmativa - Pessoas Trans)

Eu _____, RG _____, CPF _____, declaro minha identidade trans (travesti, transexual ou transgênero), com o fim específico de atender aos critérios estipulados neste edital de Concorrência **XX**/2025.

Declaro ainda estar ciente que, se for detectada falsidade na declaração, estarei sujeita/o a apresentação de declaração complementar realizada por profissional habilitado (psicólogo, assistente social, médico ou demais profissionais de saúde capazes de realizar o referido ateste).

Afirmo ainda que o nome utilizado no preenchimento acima é aquele deve ser utilizado, respeitando-se o nome social, em conformidade com o Decreto Municipal n. 14291 / 2021 que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, bem como nos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município e concessionárias de serviços públicos municipais”.

Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, tendo ciência que a falsidade de informações pode implicar em responsabilizações civis, administrativas e penais.

LOCAL E DATA: _____ / _____ / _____

Assinatura do responsável legal/declarante

CPF nº / RG nº